A relação público-privada na educação brasileira: um estudo da sua constituição histórica

Liane Vizzotto[1]
Sandra Simone HöpnerPierozan[2]
Marcia Farinella Soares de Campos[3]

Historicamente o debate sobre a educação estatal e pública no Brasil, foi marcada e perpassada por interesses do setor privado. Desde os primórdios da colonização (1500) até a Proclamação da República (1889) a educação estava sob o domínio confessional. O debate continuou nas décadas seguintes pautado nas premissas da liberdade de ensino, motivo no qual se apoiava o discurso privatista, que desejava aumentar suas taxas de lucro e manter-se diante às crises econômicas que marcaram o país no século XX. Poucos avanços ocorreram na luta pela educação pública, visto que os interesses da escola privada avançaram e se perpetuaram na legislação educacional brasileira, inclusive na atual Constituição Federal/1988 (CF). Nela podemos encontrar diretrizes que apontam a coexistência da educação pública e privada, bem como o repasse de recursos públicos a entidades privadas de natureza comunitária, confessional ou filantrópica, desde que comprovem finalidades não lucrativas. Mas é noperíodo de ajustes e reformas no Brasil - da década de 1990 - que a educação pública passa a contar com a participação da sociedade civil, composta pelo Terceiro Setor (público não estatal) e empresas lucrativas, figurando outro tipo de relação público-privada na educação,marcada pela governança e pela descentralização. A Reforma do Aparelho do Estado, garantiu a participação do setor privado na educação, cuja retórica pautou-se no fundamento da necessidade de modernização do Estado e da maior eficiência. Nesse sentido, o objeto dessa reflexão é a relação público-privada na educação básica, com foco na sua construção histórica. Constitui-se objetivo compreender como esses processos foram sendo construídos, pontuando dois momentos distintos desta relação, a saber, antes e depois do período da reforma. O trabalho tem como fontes de pesquisas a literatura da área e documentos que expressam as mudanças propostas pelas reformas no campo da educação. Constitui-se, portanto, num trabalho de cunho qualitativo,

[1]Doutoranda do PPG em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS/BRASIL). Professora da Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia (SC/ Brasil).Bolsista do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina - UNIEDU/SC (Brasil)
[2] Doutoranda do PPG em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS/BRASIL). Professora da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus de Erechim (RS/Brasil).
[3] Doutoranda do PPG em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS/BRASIL). Professora da Rede Pública Municipal de Ensino de Concórdia – SC (Brasil).

cuja fundamentação teórica encontra assento no materialismo histórico e dialético.Tal tendência teórica permite a compreensão da materialidade, do real na sua totalidade, historicidade e contradição. As principais conclusões apontam que a educação pública no Brasil, desde o seu início tem sua marca na escola privada, porém nas últimas décadas se acentuam a participação de Organizações da Sociedade Civil, do tipo sem fins lucrativos, bem como de empresas lucrativas que prestam serviços, especialmente aos entes subnacionais (municípios). Uma nova configuração da relação público-privada se acentua no Brasil, em que grupos privados se tornam parceiros da educação pública, implicando na formação de concepções educacionais mercadológicos, camufladas sob o manto da educaçãopública e estatal.